



CRISE DO CAPITAL, PANDEMIA E A REPRODUÇÃO SOCIAL DOS TRABALHADORES PERIFÉRICOS EM VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

Horrana Quetile Santos Pinto ¹
Suzane Tosta Souza ²

RESUMO

O presente artigo analisa as dificuldades de reprodução da vida dos trabalhadores periféricos da cidade de Vitória da Conquista/BA, diante do desemprego e da precariedade do trabalho, em um contexto de crise do capital e das impossibilidades desse modo de produção explorar esses trabalhadores, tornando-os descartáveis. Com base em estudos teóricos e na coleta de dados secundários (IBGE/PNAD Contínua e Despejo Zero) e primários (pesquisa de campo em áreas periféricas da cidade), discute-se como os impactos do desemprego estrutural, da informalidade e da precariedade habitacional, atinge a classe trabalhadora desta cidade, enquanto uma particularidade inserida em um contexto mais amplo de aprofundamento da crise do capital. Os dados coletados pela ONG Despejo Zero (destaque para os anos de 2020-2021), apontaram, em todo país, um aumento significativo do desemprego, de ocupações urbanas e de despejos, revelando o abandono das políticas públicas, cada vez mais cooptadas por uma orientação neoliberal, em um momento de maior vulnerabilidade da classe trabalhadora, realidade que também se concretizou na cidade em estudo. A cidade de Vitória da Conquista, como qualquer cidade capitalista, é marcada por desigualdades sociais historicamente determinadas e pela lógica da propriedade privada da terra, o que reproduz um espaço absolutamente desigual e contraditório. Ao longo do artigo, concluímos que a crise do capital não apenas precede a pandemia, mas estrutura e aprofunda as formas contemporâneas de precariedade da vida nas periferias urbanas, que se expressa e se confirma em décadas de luta dos trabalhadores por terra, trabalho, moradia ou qualquer outro direito.

Palavras-chave: Crise do capital; Trabalho; Produção desigual do espaço urbano; Pandemia.

RESUMEN

El presente artículo analiza las dificultades de reproducción de la vida de los trabajadores periféricos de la ciudad de Vitória da Conquista/BA, ante el desempleo y la precariedad trabajo, en un contexto de crisis del capital y la imposibilidad de que este modo de producción explote a estos trabajadores, convirtiéndolos en desechables. Con base en estudios teóricos y la recopilación de datos secundarios (IBGE/PNAD Contínua y Despejo Zero) y datos primarios (investigación de campo en zonas periféricas de la ciudad), el artículo analiza cómo los impactos del desempleo estructural, la informalidad y la precariedad habitacional afectan a la clase trabajadora de esta ciudad, como una particularidad insertada en un contexto más amplio de profundización de la crisis del capital. Los datos recopilados por la ONG Despejo Zero (énfasis en los años 2020-2021) revelaron, en todo el país, un aumento significativo del desempleo, de las ocupaciones urbanas y de los desalojos, revelando el abandono de las políticas públicas, cada vez más cooptadas por una orientación neoliberal, en un momento de mayor vulnerabilidad de la clase trabajadora, realidad que también se ha materializado en la ciudad en estudio. La ciudad de Vitória da Conquista, como cualquier ciudad capitalista, está marcada por desigualdades sociales históricamente determinadas y la lógica de la propiedad privada de la tierra, que reproduce un espacio completamente desigual y contradictorio. A lo largo del artículo, concluimos que la crisis del capital no solo precede a la pandemia, sino que estructura y profundiza las formas contemporáneas de

¹ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, hana.quetile@gmail.com;

² Doutora pelo Curso de Geografia da Universidade Federal de Sergipe - UFS, suzane.tosta@uesb.edu.br;



precariedad de la vida en las periferias urbanas, lo que se expresa y se confirma en décadas de lucha de los trabajadores por la tierra, el trabajo, la vivienda o cualquier otro derecho.

Palabras clave: Crisis del capital; Trabajo; Producción desigual del espacio urbano; Pandemia.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta um debate em torno das dificuldades na reprodução da vida dos trabalhadores que vivenciam o cotidiano da periferia e do desemprego em Vitória da Conquista/BA. Buscando entender e relacionar essa realidade concreta ao processo de expansão e crise do capital e seus rebatimentos sobre o trabalho, como, no Brasil, às contrarreformas no mundo do trabalho – que acresce o exército de trabalhadores supérfluos e precarizados – no campo e nas cidades – os colocando na condição de pobreza e miserabilidade no processo de reprodução da vida. Essa realidade também permite compreender os níveis de pobreza nas periferias de Vitória da Conquista e a articulação dos Movimentos de luta por direitos, quer seja por frações do solo urbano, moradia, terra, trabalho ou ambos.

Sendo parte das reflexões realizadas no âmbito do Mestrado em Geografia, este artigo se sustenta, teoricamente, nos estudos sobre a relação capital/trabalho, revelando as desigualdades espaciais produzidas em um modo de produção fundamentado na divisão em classes sociais antagônicas, a apropriação privada da terra e do trabalho, portanto da riqueza produzida socialmente, a produção desigual do espaço urbano e a precariedade na reprodução da vida dos sujeitos que trabalham, ou buscam, incessantemente, o trabalho, já que não dispõem de mais nada para vender, senão ‘sua própria pele’ (Gaudemar, 1977).

Para desenvolver a pesquisa foram realizadas: 1) leituras e análises teóricas sobre a relação capital/trabalho, desemprego estrutural, produção desigual do espaço (em destaque o espaço urbano), agravamentos do momento pandêmico na reprodução da classe trabalhadora, dentre outros; 2) coleta de dados secundários e documentos, dispostos sobretudo em meio digital (a exemplo de dados sobre o desemprego, ocupações urbanas e despejos); 3) Pesquisa empírica em áreas de ocupações e assentamentos urbanos na cidade de Vitória da Conquista, bem como acompanhamento de despejos urbanos realizados durante a vigência da pesquisa – onde os dois primeiros momentos adquirem materialidade explicativa, vez que ambos são mediados pela leitura da realidade concreta que se constitui na luta de parcelas da classe trabalhadora conquistense em garantir a reprodução da vida e a venda de sua força de trabalho diante do desemprego estrutural e da descartabilidade de seus corpos pelo modo de produção. Ressalta-se que, no período da pesquisa, tal realidade foi agravada e atravessada pela maior



pandemia do último século, sobretudo nos anos de 2020-2021, que atingiu em cheio a reprodução desses trabalhadores – já descartados e precarizados. É necessário se destacar, pelo método que sustenta essa pesquisa, que as condições de reprodução e precariedade dos sujeitos que trabalham são explicadas pelas determinações do capital, em seu afã de extrair mais-valia, mas que essas condições acabam por se agravar no período da pandemia, visto que, à margem do trabalho formal, esses trabalhadores periféricos, além da precariedade do trabalho informal e temporário que acessavam, se viram ainda mais vulneráveis, ou porque perderam as condições de vender sua força de trabalho, ou porque, para sobreviver à fome, tiveram que se expor aos constantes riscos do contágio e da morte.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para a construção deste trabalho consistiu na análise bibliográfica e documental, com base em autores da tradição crítica marxista e da geografia urbana, além do levantamento de dados secundários de órgãos oficiais como o IBGE (PNAD Contínua) e a organização Despejo Zero. Além disso, ao longo da pesquisa acompanhamos experiências de ocupações realizadas por parcelas da classe trabalhadora conquistense, organizados em movimentos sociais em luta por terra, trabalho, moradia, ou mesmo por todos esses direitos. Nesse acompanhamento, vivenciamos a experiência de constatar a força repressora do Estado em ameaçar, oprimir ou mesmo despejar, cruelmente, famílias de trabalhadores desempregados (ou subempregados) que apenas lutavam por um pedaço de terra, onde pudessem constituir seu barraco, plantar algo, ou mesmo facilitar o acesso ao trabalho, ainda que precário. Um desses despejos se fez ainda mais cruel, pois ocorreu em plena pandemia do Covid-19, deixando várias famílias na rua e impossibilitadas de, ao menos, se “protegerem em suas casas”, conforme recomendavam os órgãos nacionais e mundiais de saúde.

No momento atual da pesquisa, estamos ampliando o foco para outras áreas periféricas da cidade de Vitória da Conquista/BA, onde se pode observar a força de organização e luta de parcelas da classe trabalhadora conquistense, com assentamentos já consolidados – embora as precariedades prevaleçam na reprodução da vida, como ocorre no bairro Alto Maron (historicamente oriundo de lutas e ocupações nas décadas de 1970 e posteriores). Por questões de espaço e tempo, o presente artigo trará resultados obtidos em pesquisas realizadas entre os anos de 2020-2022, mas que se vinculam e são indispensáveis para entender a História de luta de parcelas da classe trabalhadora conquistense pelo solo urbano, a moradia, políticas públicas



e mesmo o acesso ao trabalho, questões centrais na reprodução daqueles que possuem apenas sua força de trabalho para vender.

A coleta de dados se deu mediante visitas prévias, realização de entrevistas com os trabalhadores, com as coordenações dos movimentos sociais que atuam em tais ocupações, no acompanhamento de atos e mobilizações realizados em diversos locais na cidade (Prefeitura, Fórum da Justiça, ou mesmo em datas específicas), em reuniões e momentos coletivos realizados na ocupação Cidade Bonita, bairro Alto Maron e no acampamento Terra Nobre, no bairro Universidade e mesmo, lamentavelmente, em momentos de despejos realizados durante a pesquisa, a exemplo do Acampamento Terra Nobre, que passou por dois despejos violentos por ordem da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, no pleno da pandemia do Covid-19.

No momento atual, estamos acompanhando os debates referentes ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e a problemática da moradia em Vitória da Conquista/BA, com realização de entrevistas com membros do Conselho Municipal de Habitação, representantes do poder público, do legislativo municipal e militantes de movimentos sociais de luta por terra, trabalho, moradia e direitos. Esses dados, entretanto, não serão explorados especificamente neste artigo.

Partindo dos resultados obtidos em pesquisa empírica, em seu movimento dialético com a teoria e o método do materialismo histórico, busca-se desenvolver uma produção acadêmica que evidencia as contradições da cidade desigual, voltada à reprodução da propriedade privada e do solo urbano enquanto mercadoria, e como esse processo traz em sua concreticidade a expropriação, exploração e exclusão de parcelas crescentes da classe trabalhadora que se reproduz na cidade, tendo como expressão desse processo a realidade de Vitória da Conquista/BA. Mas, também, no movimento da contradição, como esses sujeitos se organizam, ocupam espaços, reivindicam o direito à cidade, ao trabalho e à reprodução da vida.

REFERENCIAL TEÓRICO

No decorrer da construção social e dos modos de produção (ex: feudalismo, mercantilismo, escravismo, etc.), chegamos à sociedade capitalista e suas classes na atualidade, em que os capitalistas têm uma relação contraditória com os trabalhadores (sujeitos que vendem sua força de trabalho). Essa relação é fundada devido às condições de reestruturação que o capital, de forma contraditória, sustenta sua reprodução. De acordo com David Harvey apud Marx (2020) compreende-se as



[...] contradições internas da circulação e acumulação de capital como fluxos de valor monetário em busca de lucro através dos diferentes “momentos” (como Marx os chama) de produção, realização (consumo), distribuição e reinvestimento. Este é um modelo da economia capitalista como uma espiral de expansão e crescimento sem fim [...] (Harvey, 2020, p.13).

No cerne das relações sociais capitalistas, a classe trabalhadora ocupa uma posição estruturalmente subordinada, sendo dela que se extrai o excedente econômico que movimenta a lógica da acumulação: a mais-valia. Essa condição não decorre de uma escolha, mas da necessidade de vender sua força de trabalho como único meio de sobrevivência. No Brasil, a reprodução da vida da classe trabalhadora se dá, majoritariamente, nas periferias das cidades, onde se somam precariedade habitacional, informalidade laboral e ausência de direitos sociais efetivos. Nesses espaços, os trabalhadores e trabalhadoras constroem cotidianamente estratégias para garantir sua existência, enfrentando as múltiplas formas de expropriação que marcam a urbanização dependente e excludente das periferias do capitalismo.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) “O número de pessoas desempregadas no Brasil foi estimado em 14,3 milhões no trimestre encerrado em janeiro” de 2021, período de realização da pesquisa que redundou no referido artigo. Acredita-se que com o número crescente de desemprego e as condições precárias de trabalho, o proletariado encontra-se desamparado com poucos auxílios do governo e falta de alternativas, sobrevivendo com maiores dificuldades no espaço urbano.

Um dos condicionantes para o aumento do desemprego no Brasil encontra-se nas contrarreformas no mundo do trabalho, como exemplo a Emenda Constitucional 2017, aprovada visando atrair investidores e, aparentemente, melhorar a relação entre o trabalhador e o patrão, mas que, na realidade, dificulta a organização sindical, os direitos do trabalhador e, tão logo, beneficia as empresas em seu afã de extrair trabalho não-pago.

A essa realidade de crise estrutural do capital (Meszáros, 2002) e a busca por formas concretas de extrair mais-valia, aumentando a produtividade do trabalho e desempregando parcelas crescentes dos trabalhadores, outro condicionante atravessou o tempo histórico de realização da referida pesquisa: a pandemia da Covid-19, que chegou ao Brasil no início do ano de 2020, com agravamentos nos anos de 2020 e 2021 e que, atualmente, levou a morte de mais de 700 mil brasileiros. Embora colocado como um vírus que atingia a todos sem distinção de classe ou raça, esse raciocínio foi questionado por Harvey (2020), vez que atingiu, em cheio, a classe trabalhadora mais pobre (em sua maioria composta por negros e mestiços), dadas condições de precariedade e informalidade que a maior parte desses se reproduzem, o que os impediram de realizar o isolamento social recomendado pelas organizações (mundial e



nacional) de saúde, estando na condição constante da contaminação e da morte (Souza, 2020), inclusive tendo pouco acesso a serviços médicos ou mesmo a realização de testes e tratamento adequado, sucumbindo ao vírus (Simoni, 2021).

Assim, reafirma-se que, conforme apontado por Marx (2013), em *O Capital*, em um modo de produção pautado pela expropriação, violência e exploração do trabalho de uma classe sobre a outra, as necessidades do estômago gritam para a classe trabalhadora. Entre a possibilidade da morte por fome, ou pelo contágio pelo vírus, parcelas significativas da classe trabalhadora não tiveram, efetivamente, outra opção (Souza, 2020). Essa foi uma realidade confirmada por meio de entrevistas realizadas tanto na Ocupação Cidade Bonita, quanto no Acampamento Terra Nobre, onde realizamos pesquisa empírica com as famílias entre os anos de 2021 e 2022. As famílias entrevistadas apontaram, de modo geral, que embora pudessem ter recebido algum auxílio do Governo “no auge da pandemia”, esse era insuficiente para garantir o sustento das mesmas. Além disso, acessavam trabalhos precarizados, prestação de serviços, bicos por conta própria, o que não trazia a garantia de nenhum direito em manter-se em isolamento (Pinto, 2023). Diante disso, entre o vírus ou a fome, prevaleceu a necessidade do estômago.

Nesses relatos, os entrevistados trouxeram, ainda, a atuação de entidades e organizações sociais mesmo durante o período mais efervescente da pandemia, já que sofreram despejos, ameaças e violência (sobretudo o Acampamento Terra Nobre), onde a carência material era tão grande que mesmo um equipamento simples e barato tão necessário a esse momento, era inacessível aos trabalhadores: máscaras cirúrgicas ou caseiras.

Mas, conforme já ressaltado pelo referido artigo, a pandemia apenas esgarçou as contradições do modo de produção, vez que a expropriação, a exploração do trabalho e o não direito a muito do que a sociedade oferece, já caracterizava as próprias condições de vida desses trabalhadores submetidos à produção de valor, ou à condição do desemprego e da miséria mais degradante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mazelas e disparidades entre as classes, produto de uma sociedade onde o motor pulsante é a extração do lucro – expropriado da classe trabalhadora, se escancaram no período de pandemia. Ao analisar as condições em que esses trabalhadores se encontravam, muitos não podendo, inicialmente, vender a sua força de trabalho, mesmo que nos serviços mais precarizados, tiveram que recorrer “a caridade” e aos “auxílios” para sobreviver, ainda que nem



todos conseguissem tais recursos, ou estes fossem insuficientes. O que a pandemia escancarou é que a relação capital é absolutamente desumana, expropria e não consegue garantir, pela via do trabalho assalariado, a reprodução dos sujeitos, esgarçando as contradições de sua própria crise. Em mais de dois anos de pandemia, mesmo com as restrições, pesquisas apontaram que muitos trabalhadores não entraram em quarentena (Harvey, 2020; Carlos, 2020; Simoni, 2021; Souza, 2020), por terem a absoluta necessidade de vender a sua força – como condição de sobrevivência e, conseqüentemente, ficaram expostos ao vírus. Assim, os trabalhadores, sem outra alternativa de obtenção de renda, foram para a linha de produção trabalhar, outros buscaram os “bicos”, muitos não encontraram nem bicos para sobreviver, e a situação precária da classe trabalhadora se escancarou, inclusive no Brasil.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua IBGE/PNAD apontaram para um aumento significativo do desemprego na pandemia da Covid-19, mas os ataques a classe trabalhadora precedem o contexto pandêmico, a exemplo a Emenda Constitucional 2017, aprovada visando atrair investidores e, aparentemente, ‘melhorar’ a relação entre o trabalhador e o patrão, mas que, na realidade concreta, dificultou a organização sindical, esfacelando formas de resistências, atentando sobre os direitos dos trabalhadores, beneficiando as empresas, que, finalmente, puderam aumentar a extração de suas margens de mais-valia. Os dados de desemprego do PNAD Contínua permitem visualizar a taxa de desocupação entre 2012 e 2021 (Figura 1), onde fica evidente o crescimento contínuo do desemprego no Brasil desde o ano de 2016.

Figura 1 – Taxa de desocupação – Brasil, 2012/2021.

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
nov-dez-jan		7,2	6,4	6,8	9,5	12,6	12,2	12,0	11,2	14,2
dez-jan-fev		7,7	6,7	7,4	10,2	13,2	12,6	12,4	11,6	14,4
jan-fev-mar	7,9	8,0	7,2	7,9	10,9	13,7	13,1	12,7	12,2	14,7
fev-mar-abr	7,7	7,8	7,1	8,0	11,2	13,6	12,9	12,5	12,6	14,7
mar-abr-mai	7,6	7,6	7,0	8,1	11,2	13,3	12,7	12,3	12,9	14,6
abr-mai-jun	7,5	7,4	6,8	8,3	11,3	13,0	12,4	12,0	13,3	
mai-jun-jul	7,4	7,3	6,9	8,5	11,6	12,8	12,3	11,8	13,8	
jun-jul-ago	7,3	7,1	6,9	8,7	11,8	12,6	12,1	11,8	14,4	
jul-ago-set	7,1	6,9	6,8	8,9	11,8	12,4	11,9	11,8	14,6	
ago-set-out	6,9	6,7	6,6	8,9	11,8	12,2	11,7	11,6	14,3	
set-out-nov	6,8	6,5	6,5	9,0	11,8	12,0	11,6	11,2	14,1	
out-nov-dez	6,9	6,2	6,5	8,9	12,0	11,8	11,6	11,0	13,9	

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
Nota: Somente os dados hachurados são comparáveis.

Fonte: Agência IBGE notícias.



Vê-se, pelos dados apresentados, que o desemprego no Brasil já era significativo antes da pandemia, com destaque para os anos de 2017 a 2019; mas, a pesquisa realizada em áreas de ocupação e acampamentos de trabalhadores, na cidade de Vitória da Conquista/BA, permitiu concluir que ao desemprego, que já era a condição permanente dos trabalhadores entrevistados, que em geral vivem de bicos, da informalidade e precariedade das relações de trabalho, agravou-se a existência da pandemia, vez que, muitas vezes, até esses ‘serviços’ deixaram de acessar, ocasionando a queda da pouca renda familiar de que dispunham. Um exemplo disso, foram algumas mulheres que complementavam a renda familiar fazendo unhas, como cabeleireiras ou diaristas, e tiveram uma redução drástica desses serviços nos meses de maior efervescência da pandemia. Por outro lado, entregadores de comida, por exemplo, tiveram essas demandas aumentadas, e não puderam manter-se em quarentena, sob a pena de comprometer o sustento da família.

Ainda com base em dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), podemos observar o aumento significativo de desempregados no país indo de 11,2% no trimestre que se encerra em janeiro de 2020 (nov-dez-jan), para 14,2% no trimestre que se encerra em janeiro de 2021 (nov-dez-jan) um aumento de 3% de desempregados no período de um ano, sendo então mais de 14 milhões de pessoas desempregadas que estão aptas para trabalhar no Brasil. Na Bahia, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), houve um aumento de 4,9% de desempregados em um ano, em comparação no primeiro trimestre de 2020 com 16,4%, para o primeiro trimestre 2021 com 21,3% de desempregados no estado. Em 2022, devido ao avançar da vacinação para o Covid-19, mesmo a contragosto do governo Federal, alguns postos de trabalho retornaram, mas, segundo apontam dados do próprio IBGE, em condições de maior precariedade e informalidade, com destaque para o avanço neoliberal das reformas trabalhista (2017) e previdenciária (2019).

Vale ressaltar que o IBGE/PNAD considera desempregados os brasileiros em idade para trabalhar; estando disponíveis e procurando emprego nos últimos trinta dias, sendo que os brasileiros que gostariam de trabalhar, mas desistiram de procurar emprego, são considerados desalentados e de acordo com o IBGE: “O número de desalentados no 1º trimestre de 2021 foi de 6,0 milhões de pessoas. O maior número estava na Bahia (785 mil desalentados, ou 13,2% do contingente nacional)” (IBGE,2021). São esses que vivem a condição crônica do desemprego estrutural e da descartabilidade pelo capital. Os trabalhadores entrevistados pela pesquisa vivenciam essa realidade do desalento e sequer tiveram, em sua maioria, carteira assinada alguma vez na vida (salvo poucas exceções como trabalhadores aposentados, mas com



renda que sequer chega a um salário mínimo, sendo insuficiente para as demandas mais imediatas), predominando relações temporárias de trabalho, prestação de serviços e bicos.

Na ocupação Cidade Bonita, por exemplo, além das pequenas plantações, nos arredores dos barracos, nos quais as famílias residem há mais de 10 anos, parte significativa das famílias vivem de catar e vender produtos recicláveis. A permanência e a luta para se tornarem assentados em um terreno próximo do centro da cidade, também se configura em uma estratégia de sobrevivência: levar os materiais para as cooperativas e assim, obter uma renda. Esse trabalho não deixou de ocorrer no período de pandemia, mesmo que os trabalhadores estivessem mais expostos ao contágio.

No acampamento Terra Nobre, por exemplo, uma característica significativa das famílias entrevistadas era terem uma forte relação com o campo, de onde muitos foram expropriados, mas ainda mantendo relações precárias de trabalho, sobretudo no plantio e colheita do café. Durante as entrevistas, por exemplo, essas aconteciam após às 17h, porque algumas famílias estavam trabalhando “nas roças de café”. Outras, se deslocavam para Mata Verde, já na divisa com Minas Gerais. Famílias inteiras declararam viver “do lixo” catando material para reciclagem, enquanto as mulheres buscavam, ainda, complementar a renda familiar como diaristas em casas de família, embora declarassem que essa demanda diminuiu no período.

Mesmo objetivando a sobrevivência das famílias, em um processo de luta por um pedaço de terra, e assim, também, por moradia e busca pelo trabalho, o que se agravou na pandemia do Covid-19, os acampados sofreram dois violentos despejos, em plena pandemia, mesmo com toda articulação do Movimento Despejo Zero em busca da prorrogação da ADPF 0828, concedida pelo STF. No caso da realidade local, a Prefeitura municipal se ancorava no fato da ocupação ter ocorrido no período pandêmico, entendendo que essa não seria protegida por essa ação. Por outro lado, os coordenadores do acampamento alegavam, exatamente, a queda brusca da renda familiar e as dificuldades concretas dessas em arcar com as despesas necessárias, a exemplo da alimentação e da moradia. Essa situação foi confirmada durante as entrevistas, onde os acampados apontaram a impossibilidade de continuarem pagando aluguéis, ainda que os valores pagos fossem baixos (em média R\$ 150,00).

A leitura sobre a realidade de reprodução desses sujeitos/famílias, reafirma as contradições da relação capital/trabalho, trazidas por Marx (2013), bem como do desemprego estrutural estudado por Mészáros (2002). Não tendo a possibilidade de explorar, efetivamente, esse trabalhadores, o capital os empurra para a condição do desemprego estrutural. Mas, por outro lado, a necessidade da sobrevivência permanece, e esses sujeitos entendem que essa só pode se efetivar por meio da luta por terra, trabalho, moradia ou qualquer outro direito. Mesmo



sem superar a condição estrutural da relação capital/trabalho, esses continuam a existir e se reproduzir, mesmo em níveis de precariedade inimagináveis.

Em reportagem exibida pelo Jornal Nacional no dia 24 de agosto de 2021, é apontado o aumento no número de famílias despejadas no Brasil. Essa explicita que antes da pandemia a moradia não era concedida a muitos brasileiros, mesmo sendo um direito constitucional; com a pandemia, no período de um ano entre agosto de 2020 a agosto de 2021, o número de despejos aumentou em 340% no Brasil. Os dados apresentados pela organização intitulada Despejo zero, demonstrados na reportagem, expressam um aumento de 485% de famílias que estão sendo ameaçadas de despejo. Outro ponto importante da reportagem era a postura do governo diante da situação, a repórter expõe que: “[...] O projeto de lei que proibia os despejos em imóveis urbanos durante a pandemia, chegou a ser aprovado pela câmara e pelo senado, mas no início do mês (agosto de 2021) foi vetado pelo presidente Jair Bolsonaro [...]” Jornal Nacional (2021). Assim, considera-se que a classe trabalhadora enfrentou um governo (ultra)neoliberal que constantemente atacou, aplicando políticas desumanas e tratando com descaso a saúde, educação, segurança, serviços básicos, moradia, meio ambiente e os direitos humanos e trabalhistas. Ana Fani Alessandri Carlos (2020) expõe melhor as condições, em seu texto “A “revolução” no cotidiano invadido pela pandemia”, em que o Brasil se encontra frente ao governo de Jair Bolsonaro:

Dominando pelo alto o cotidiano, encontramos um governo profundamente autoritário construindo alianças com determinados setores políticos, militares e econômicos capazes de lhe dar sustentação. É assim que as ações do presidente na porta do palácio ou passeando pelas ruas – quando a OMS receita o isolamento social para conter a propagação do vírus evitando mortes - pedem o fim do isolamento para movimentar a economia e empregos, ao mesmo tempo em que luta contra as instituições democráticas do país (Carlos, 2020, p. 11).

A classe trabalhadora periférica do Brasil encontrou-se em exposição ao contágio da Covid-19, tanto em trabalho informal, buscando a sobrevivência, quanto em condições de trabalho precários formais. Esses ainda estão mais expostos ao contágio pelo vírus e a morte em seus espaços de reprodução, dada a precariedade dos serviços oferecidos, o tamanho e espaçamento das residências, dentre outras questões que envolvem as periferias urbanas.

Ainda assim, o Supremo Tribunal Federal enfrentou o Governo e em um despacho relatado pelo ministro Barroso, ficou proibida, a contragosto do Governo fascista, a realização de despejos em áreas que já tivesse sido ocupadas durante a pandemia, o que prevaleceu até novembro de 2022, quando houve a indicação de um período de transição nas negociações de assentamento de pessoas. Essa realidade recai, diretamente, na reprodução dos trabalhadores da periferia urbana de Vitória da Conquista/BA, uma cidade que, conforme já apontado, se erige

sob a propriedade privada sobre a terra, a expropriação de pequenos produtores do campo, e o avanço do capital e de seus interesses no campo e nas cidades. E é sobre essa realidade que recai a crise do capital e a pandemia, agravando a reprodução social dos trabalhadores na periferia urbana de Vitória da Conquista/BA.

O presente artigo destaca o antigo Acampamento Terra Nobre, na cidade de Vitória da Conquista/BA, localizado no bairro Universidade, que foi formado por trabalhadores em situação de precariedade, que sobreviviam de bicos, doações e informalidade, encontrando-se em situação de desespero no período pandêmico. Sem condições de pagar aluguel, estes buscaram o movimento de luta pela terra e moradia a fim de ter onde morar e algo para comer. Os trabalhadores que residiam no acampamento, em sua totalidade, sobreviviam do trabalho informal antes da pandemia, sendo: vendedores ambulantes, outros viviam fazendo bicos, trabalhando como diaristas, domésticas, na terra – sobretudo em safra de café, dentre outros. A foto 1 mostra a estrutura do acampamento, onde as famílias viviam em barracos de lona.

Foto 1. Barraco de lona, Acampamento Terra Nobre – Vitória da Conquista/BA



Fonte: Pinto, H.Q.S. (2021)

Diversas matérias publicadas em *blogs* da cidade de Vitória da Conquista noticiaram a ação de despejo promovida pela Prefeitura Municipal, sob a gestão de Sheila Lemos (2021–2025), ocorrida em 24 de junho de 2021. Segundo reportagens como a publicada pelo *Blog do Sena* (2021), a derrubada dos barracos ocorreu de forma repentina, sem aviso prévio, durante a madrugada, quando muitos moradores ainda dormiam. As matérias destacam denúncias sobre a perda de documentos pessoais, a dificuldade em reconstruir as moradias improvisadas e a violência institucional envolvida na ação.

Além da remoção forçada, as reportagens apontam a ausência de condições mínimas de vida no local antes do despejo, como acesso à energia elétrica, água e transporte público. Um dos relatos registrados na mídia local afirma: “Por volta da 5h da manhã a gente já assustou quando a gente ouviu o barulho das máquinas. E a gente falou assim: hoje é feriado porque o



barulho das máquinas? Aí quando a gente saiu, a gente viu bastante policiamento e a guarda municipal e a tropa de choque também veio. Aí quando a gente viu já tinham derrubado alguns barracos lá do início todinho. Aí a gente conseguiu ir tirando as coisas, como cama, porque o de lá já tinha aterrado, até os documentos das pessoas perderam tudo”, explicou Lima.” (Blog do Sena, 2021).

O jornal BA/TV de Vitória da Conquista trouxe em reportagem, no dia 24 de agosto de 2021, a situação de habitação na cidade, apresentando dados onde cerca de oito mil pessoas encontram-se sem moradia. A repórter, Daniela Oliveira, noticiou que: “A quantidade de pessoas em situação de rua ou em moradias precárias, é grande em todo país e os números foram agravados com a crise econômica e pandemia. Em Vitória da Conquista, os dados oficiais apontam um déficit de cerca de oito mil residências [...]” BATV (2021). A reportagem mostra a situação precária em que sem opção de moradia, devido à falta de emprego, renda e outros fatores, famílias estão cozinhando a lenha e morando em barracos de lona na cidade. Ao passo em que os entrevistados falam sobre a situação difícil que enfrentam e pedem sensibilidade da sociedade. O local mostrado é o Acampamento Terra Nobre, já destacado neste artigo. Ao longo da matéria, a repórter afirma que: “uma casa, um terreno para trabalhar são sonhos de respeito e dignidade”. A reportagem mostra o cotidiano dos acampados e suas famílias, na condição de precariedade e luta pela moradia e terra que evidenciamos no referido artigo.

O que acrescentamos a essa realidade é que não foi apenas a pandemia quem colocou esses trabalhadores nessa condição, sendo esta uma questão estrutural muito mais profunda, marcada pela expropriação, violência, desemprego estrutural, trabalhos precários e o não acesso ao que a cidade oferece (solo urbano, moradia, direitos, políticas públicas, etc.). A pandemia apenas escancarou para a sociedade conquistense as mazelas de uma sociedade de classes, pautada na exploração do trabalho e do não acesso ao que a cidade dispõe para parcelas crescentes dos trabalhadores que vivem/trabalham e constroem este espaço. Tanto é que a ocupação Cidade Bonita permanece de pé há mais de 12 anos, demonstrando as contradições da cidade mercadoria, pautada na propriedade privada e na exploração de uma classe sobre a outra.

Por outro lado, no período de pandemia foi notável o agravamento da crise socioeconômica, o aumento de ameaças e ordens de despejo (Imagem 1), coadunando com o crescimento do déficit habitacional. Devido a essas condições, movimentos de luta por moradia, direitos, terra e trabalho se organizaram para tentar garantir a sobrevivência da classe trabalhadora mais precarizada. Nesse interim, destaca-se o movimento denominado Despejo Zero, que objetivava não deixar que as pessoas em situação de vulnerabilidade fossem

despejadas e tivessem um agravamento em sua situação de sobrevivência. Esse, pressionou a legislação a criar mecanismos que proibisse o despejo, em tempos pandêmicos, inclusive sobre a justificativa da necessidade de isolamento “em casa”, posto que, como isso seria possível para aqueles que não possuem casa (ou nem mesmo um barraco)?

Imagem 1 - Despejos e ameaças entre março 2020 até fevereiro de 2022



Aumento de 602% no número de famílias ameaçadas de perder sua moradia desde o início da pandemia (mar 2020)

Aumento de 333% no número de famílias despejadas desde o início da pandemia (mar 2020)

Fonte: Despejo Zero (2022)

Na contramão dessa necessidade, o despejo relatado pelas famílias no assentamento Terra Nobre voltou a se repetir com menos de um ano da primeira ocorrência. No dia nove de março de dois mil e vinte e dois a prefeitura chega ao assentamento cercando o perímetro e fazendo com que as famílias corressem para se retirar do local. Com a alegação de ser uma área verde, o secretário municipal de Infraestrutura Urbana Jackson Apolinário Yoshiura, em entrevista intitulada: "Representantes da prefeitura de Vitória da Conquista e Policiais estão com máquinas para retirar moradores de invasão" no jornal da manhã, trata a ocupação como invasão e diz que não existe a necessidade de um mandato para retirar as pessoas do local, sendo que a campanha de Despejo Zero e medidas para evitar essa situação ainda estava em vigor e com proposta de prorrogação. As famílias se viram intimidadas e, diante da rápida ação da Guarda municipal, tentaram salvar móveis e eletrodomésticos que receberam de doação. No entanto, o maquinário destruiu as plantações e os barracos de madeira, com os poucos pertences das famílias.

Um blog local, Blog do Anderson, trouxe a visão de uma pessoa acampada no Terra Nobre: “Em relatos ocupantes diziam que perderam tudo com o passar dos tratores: documentos, plantações e outros objetos. O barraco no destaque é a residência de uma mãe e

quatro filhos, sendo uma portadora de distúrbios físicos e psicológicos e uma recém-nascida. “Se sair daqui vou para onde? Pode derrubar, pois não sairei daqui”, comentou a mulher que não quis ser identificada.”, constatando a situação das pessoas que ali estavam, vivendo de doações, morando em barracos de lona, onde não se tinha estrutura básica, mas era tudo o que possuíam. Em visita ao acampamento no dia onze de março de dois mil e vinte e dois, conversamos brevemente com as famílias que ainda ficaram após esse despejo e vimos a presença da guarda municipal patrulhando a área, os destroços estavam empilhados em alguns pontos do terreno como podemos observar nas seguintes fotos:

Foto 2. Acampamento Terra Nobre, 11 de mar. 2022 – Vitória da Conquista/BA



Fonte: Pinto, H.Q.S. (2022)

Foto 3. Acampamento Terra Nobre, 11 de mar. 2022 – Vitória da Conquista/BA



Fonte: Pinto, H.Q.S. (2022)

As fotos 2 e 3 demonstram a situação que ficou o acampamento e a resistência de algumas famílias que suspenderam barracas de lona na beira da estrada, no entanto podemos observar que a área verde, utilizada como justificativa para o não assentamento das famílias, citada pelo secretário de infraestrutura, não existe nesse espaço. Importante ressaltar que, na cidade capitalista, o solo urbano tem um valor, o que também explica a expulsão dessas famílias – em



uma área valorizada da cidade, que possui vários condomínios fechados, de médio e alto padrão, em suas imediações. Para além disso, importante ressaltar as condições históricas de expropriação, exploração do trabalho e degradação das condições de vida que essas famílias se reproduzem ao longo da vida. Portanto, o questionamento não deve ser porque esses sujeitos não podem ser despejados durante a pandemia, mas, porque esses não possuem moradia? Por que não dispõem de dignidade alguma em suas condições de existência? Um questionamento que só adquire capacidade explicativa ao se considerar as próprias bases de acumulação e exploração que se constitui a relação capital trabalho, onde a máxima exploração do trabalho e degradação do sujeito que trabalha, representa a própria condição de extração do valor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme já considerado ao longo do artigo, a pandemia do Covid-19 apenas escancarou a estrutura desigual da sociedade capitalista, e como essa se revelou no Brasil. Apontando como a crise estrutural do capital reverbera, de forma muito mais violenta, sobre a classe trabalhadora. O estudo sobre a realidade concreta de Vitória da Conquista, no movimento da totalidade, mostra como os efeitos da crise do capital, combinados à pandemia e às políticas neoliberais, aprofundam a miséria, o desemprego e a precariedade habitacional e da vida da classe trabalhadora. A análise crítica da produção do espaço urbano permite entender essas dinâmicas não como acidentais, mas como expressões estruturais da lógica do capital em seu afã de extrair trabalho não-pago, precarizando e subsumindo os trabalhadores, quando não os descartando como objetos sem necessidade de uso. O aprofundamento desse debate é urgente, sobretudo diante do avanço de projetos urbanos excludentes e da continuidade dos ataques aos direitos sociais e trabalhistas.

As informações levantadas neste estudo, por meio da análise de reportagens, blogs locais, documentários, dados públicos e campanhas como a Despejo Zero, permitiram compreender a reprodução precária da vida em territórios periféricos. As matérias analisadas relatam despejos forçados, perda de moradia, ausência de políticas públicas e situações de extrema vulnerabilidade vivenciadas por famílias trabalhadoras em Vitória da Conquista, especialmente durante os anos críticos da pandemia. Nessas fontes, registram-se denúncias sobre remoções violentas, destruição de barracos, perda de documentos e pertences, e a ausência de alternativas habitacionais e de reprodução da vida, diante da crise.

As evidências apresentadas, portanto, apontam para o agravamento das condições de reprodução da classe trabalhadora. Para além do desemprego e da informalidade, a ausência de



políticas públicas eficazes, em nível municipal e federal, contribuíram para a intensificação das desigualdades sociais e espaciais. Mesmo os “bicos” e formas precárias de trabalho se tornaram escassos, impossibilitando a manutenção da vida para muitas famílias, que passaram a depender de doações e solidariedade popular.

Em meio a esse cenário, movimentos sociais têm desempenhado papel fundamental: pressionam por leis, realizam ações solidárias e denunciam publicamente as violências do capital. É nessa resistência que se constrói também uma possibilidade de reinvenção do espaço urbano, uma luta concreta, cotidiana, marcada pelo desejo de habitar e de se reproduzir no espaço com dignidade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **PNAD Contínua Trimestral**: desocupação cresce em oito das 27 UFs no 1º trimestre de 2021. 27 de maio. 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30784-pnad-continua-trimestral-desocupacao-cresce-em-oito-das-27-ufs-no-1-trimestre-de-2021>>. Acesso em: 10 set. 2025.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **PNAD Contínua**: taxa de desocupação é de 14,6% e taxa de subutilização é de 29,3% no trimestre encerrado em maio. 30 de jul. 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31254-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-6-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-3-no-trimestre-encerrado-em-maio>>. Acesso em: 10 set. 2025.

BAHIA DE VALOR. Taxa de desemprego na Bahia chega a 21,3% e atinge o maior patamar em nove anos. **Bahia de Valor**, Salvador, 27 maio 2021. Disponível em: <https://www.bahiadevalor.com.br/2021/05/taxa-de-desemprego-na-bahia-chega-a-213-e-atinge-o-maior-patamar-em-nove-anos/>. Acesso em: 10 set. 2025.

BA/TV. Déficit Habitacional. **BA/TV**, Vitória da Conquista, 24 de ago. de 2021. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/9797779/programa/>>. Acesso em: 28 de set. 2021.

BLOG DO ANDERSON. Acampamento Terra Nobre | “pode derrubar, pois não sairei daqui”, diz dona de barraco em Vitória da Conquista. **Blog do Anderson**, Vitória da Conquista, 10 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.blogdoanderson.com/2022/03/10/acampamento-terra-nobre-pode-derrubar-pois-nao-sairei-daqui-diz-dona-de-barraco-em-vitoria-da-conquista/>>. Acesso em: 10 set. 2025.

BLOG DO SENA. Conquista: “A gente conseguiu sair e eles quase iam passando por cima de mim”, diz moradora de assentamento desocupado pela Prefeitura. **Blog do Sena**, Vitória da Conquista, 24 de jun. 2021. Disponível em: <<https://blogdosena.com.br/conquista-a-gente-conseguiu-sair-e-eles-quase-iam-passando-por-cima-de-mim-diz-moradora-de-assentamento-desocupado-pela-prefeitura/>>. Acesso em: 10 set. 2025.



CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A revolução no cotidiano invadido pela pandemia**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). Covid-19 e a crise urbana. São Paulo: Editora FFLCH, 2020. p. 11-17. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/471>. Acesso em: 10 set. 2025.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

HARVEY, David. **Política anticapitalista em tempos de COVID-19**. In: DAVIS, Mike et al. Coronavírus e a luta de classes. Brasil: Terra sem Amos, 2020. p. 13-24.

IBGE. **PNAD Contínua**: taxa de desocupação é de 14,6% e taxa de subutilização é de 29,3% no trimestre encerrado em maio. 30 jul. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31370-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-6-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-29-3-no-trimestre-encerrado-em-maio>. Acesso em: 10 set. 2025.

JORNAL DA MANHÃ. Prefeitura de Vitória da Conquista retira famílias de invasão do acampamento Terra Nobre. **Jornal da Manhã**, Salvador, 9 de mar. 2022. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/10370956/?s=0s>>. Acesso em: 10 set. 2025.

JORNAL NACIONAL. O número de famílias despejadas de casa cresce mais de 300% na pandemia. **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, 24 ago. 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9797796/programa/>. Acesso em: 10 set. 2025.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MESZÁROS, István. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial/Editora da Unicamp, 2002.

PINTO, Horrana Quetile Santos. **Movimentos sociais na luta por terra, trabalho e moradia, em Vitória da Conquista/BA: da negação à busca pelo espaço de reprodução da vida**. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB, Departamento de Geografia: Vitória da Conquista, 2023.

SIMONI, Cesar. **A COVID-19 e o direito à cidade dos pobres no Brasil**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). Covid-19 e a crise urbana. São Paulo: Editora FFLCH, 2020. p. 25-34. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/471> Acesso em: 10 set. 2025.

SOUZA, Suzane Tosta. Relação campo cidade em tempos de pandemia. **Geopauta**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 245–266, 2020. DOI: 10.22481/rg.v4i2.6101. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/geo/article/view/6101>. Acesso em: 16 set. 2025.